



Nildo (2º à esq.), entre seu advogado e Romeu Tuma, depõe na Corregedoria. Clarice Coppetti, da Caixa, fala à CPI dos Bingos, presidida por Efraim



Célio Azevedo

Caseiro acrescenta novo fato para investigação

O caseiro France-nildo Santos Costa, que contradisse o ex-ministro Antonio Palocci, contou que um jardineiro de um senador tinha conhecimento de

que ele, Nildo, havia retirado dinheiro da Caixa para comprar um terreno. A revelação esquentou os debates entre governo e oposição.

Páginas 4 a 6

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.343 – Brasília, quarta-feira, 29 de março de 2006

Conclusões de Osmar Serraglio devem ser conhecidas hoje pela CPI dos Correios, cujo presidente teme que não se alcance consenso

Delcidio admite relatório paralelo na CPI

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcidio Amaral, afirmou que “as visões diferenciadas sobre os saques e a formação de caixa dois” e as posições divergentes sobre “o foco do mensalão e os indiciamentos” podem tumultuar a reunião de hoje em que será lido o relatório final de Osmar Serraglio. Delcidio não descartou a possibilidade de um relatório paralelo ser elaborado por parlamentares da base governista. Os trabalhos da comissão completam 11 meses. **Página 3**



A peça principal e os dez anexos do relatório do deputado Osmar Serraglio podem somar mais de 6 mil páginas

Jane Araújo

Renan defende maturidade para enfrentar crise

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, neste momento de crise, é preciso manter “os preceitos constitucionais e o respeito ao Estado de direito, à privacidade e aos contratos”. Ele fez a afirmação ao receber reivindicações do setor industrial. **Página 7**

José Cruz

Medo da gripe aviária deve reduzir em 25% a produção do frango no Brasil **Página 8**

2008 poderá ser o Ano Nacional Machado de Assis, decide comissão **Página 8**

Super-Receita: especialistas querem menos burocracia

Audiência pública no Senado aponta necessidade de contemplar melhora dos sistemas de arrecadação e fiscalização e medidas de proteção ao contribuinte. **Página 7**



Renan (E) recebeu documento de Armando Monteiro Neto, presidente da CNI

Mudança no Ministério da Fazenda poderá exigir contato do relator-geral, Carlito Merss, com a nova equipe econômica

Orçamento pode votar destaques ainda hoje

A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) destinada a concluir a votação dos destaques ao relatório da proposta orçamentária de 2006, prevista para ontem, foi transferida para hoje. Como justificativa, o presidente do colegiado, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), salientou que, além da insuficiência de parlamentares na reunião, não havia sido entregue o novo relatório aos destaques por parte do relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC).

Mestrinho destacou ainda, como terceiro motivo, a mudança na equipe econômica, em virtude da exoneração, na véspera, do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Por conta disso, o senador avaliou que haverá necessidade

de um contato entre Merss e a nova equipe econômica. Porém, o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo na Câmara e membro da CMO, descarta a hipótese de alterações na discussão orçamentária.

O fato de Merss não ter apresentado o novo relatório aos destaques foi visto com desconfiança por parlamentares opositores. Na quinta-feira passada, em clima de embate na comissão, foram aprovados dois destaques que garantiram a supressão de um adicional de R\$ 1,8 bilhão para ressarcir os estados pelas isenções de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações (Lei Kandir). No novo relatório, Merss precisa adaptar a peça à nova situação.

Mestrinho deve deixar presidência da CMO amanhã

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reafirmou que deixará o cargo amanhã, esteja o Orçamento de 2006 aprovado ou não. A votação da proposta está com atraso de 90 dias, para desagrado do parlamentar. Seu mandato à frente do colegiado encerra-se formalmente amanhã.

Cotado para substituir Mestrinho, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) informa que o



Márcia Kalime

Freqüentes atrasos na votação da proposta orçamentária têm desagradado Mestrinho

Regimento somente autoriza a eleição da nova mesa depois de o Orçamento ser aprovado. Assim, o senador poderia ainda continuar no cargo, mas, como prefere sair antes, deve assumir no seu lugar o deputado Mussa Demes (PFL-PI), atual vice-presidente.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



Jobim é homenageado pelo Senado

O ministro Nelson Jobim (foto), que será substituído esta semana na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) pela ministra Ellen Gracie, é o homenageado da sessão especial do Se-

nado, hoje, às 10h. Entre as autoridades que confirmaram presença na cerimônia estão o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala, e ministros colegas de Jobim no STF.

Plenário retoma exame de medidas provisórias

Às 14h, o Plenário se reúne para analisar nove textos (medidas provisórias e projetos de conversão) que trancam a pauta de votações desde o início de março, apesar

de ainda não ter sido divulgado acordo que viabilize a votação das propostas. A maioria das MPs libera verbas do Orçamento, entre outros, para a recuperação de estradas e

para ajudar pecuaristas que tiveram o gado atingido pelo surto da febre aftosa. Na hora dos discursos, os senadores devem continuar o debate sobre a crise política.

CPI dos Bingos discute novas convocações

Por volta do meio-dia, a CPI dos Bingos deve se reunir para resolver o rumo das investigações e votar novas convocações. A comissão também definiu que vai enviar novas informações ao Supremo Tribunal Federal

(STF) para que os ministros revejam a decisão que impediu a acareação entre Paulo Okamoto e o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, prevista para ontem. A acareação deve ser realizada na próxima terça.



Relatório da CPI dos Correios deve ser apresentado hoje

O impasse entre governo e oposição sobre pontos do relatório final da CPI dos Correios adiou para hoje, às 12h, a divulgação do texto, que estava marcada para ontem.

Parlamentares adiantaram que o documento tem cerca de 3 mil páginas, que condensam os trabalhos do Plenário e das cinco sub-relatorias da CPI. Apesar de apresentado

esta semana, o relatório só deve ser votado no começo de abril. Entre os pontos polêmicos estão os pedidos de indiciamento e a abordagem dada ao esquema de corrupção.

Cooperativismo na Comissão de Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se hoje, às 9h30. O único item em discussão pelos senadores é o relatório a propostas que normatizam as sociedades cooperativas. O texto, do relator Demostenes Torres (PFL-GO), foi elaborado a partir de três projetos sobre o assunto, apresentados à comissão.



Proposta orçamentária em análise

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para as 19h. Senadores e deputados continuam a votar os destaques apresentados à lei orçamentária deste ano. A CMO cancelou a audiência com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que estava prevista para amanhã.

Acordos internacionais

Amanhã, às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa projetos que aprovam acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro. Em pauta, acordos com a Argentina, para cooperação no combate ao tráfico de armas, e com o Chile e a Bolívia, para assistência jurídica entre o Mercosul.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores João Alberto Souza, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Gilberto Mestrinho



João Alberto (C) e Demostenes (D) ouvem Mesquita Júnior, que depõe no Conselho de Ética

Mesquita Júnior nega denúncias de apropriação indevida de salários

Ao depor ontem no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) negou a denúncia apresentada pelo PSOL de que tivesse se apropriado indevidamente de 40% do salário de funcionários para cobrir despesas de escritórios políticos no Acre.

O presidente do conselho, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), marcou a votação do parecer final do senador Demostenes Torres (PFL-GO) sobre o processo para terça-feira. O relator estuda, ainda, o resultado de pedidos das quebras de sigilo bancário de Mesquita Júnior e dos funcionários envolvidos no caso, bem como da perícia realizada nas fitas constantes do processo.

O parecer pode concluir pela absolvição de Mesquita Júnior ou por sua condenação a penas como advertência, suspensão e perda do mandato. Para ser efetivado, o

parecer precisa ser aprovado pela maioria simples dos 16 integrantes do conselho e ratificado pelo Plenário do Senado.

Em depoimento ao conselho, o funcionário Paulo dos Santos Freire ratificou ter sido obrigado a devolver parte de seu salário para cobrir despesas do escritório do senador durante todo o ano de 2004. A funcionária Maria das Dores Silva, que, em telefonemas gravados, havia confirmado os repasses, negou as acusações.

– Esses funcionários nunca depositaram dinheiro em minha conta bancária nem pagaram despesas – disse o senador, queixando-se do constrangimento que o episódio lhe tem causado.

Demostenes manifestou sua estranheza diante do fato de que, depois de todo o desgaste político do caso, Mesquita Júnior não tenha demitido a funcionária Maria das Dores.

Menores devem responder por crime hediondo, diz Malta

Ao comentar a proposta de redução da maioridade penal para 16 anos, Magno Malta considerou que a medida “não vai resolver nada” em termos de diminuição da violência. Na sua opinião, o ideal seria acabar com as garantias da menoridade para qualquer criança ou adolescente envolvido na prática de crime hediondo de conotação moral, como o estupro.

– Não dá para tratar como criança um homem de 17 anos que coloca uma arma na cara do cidadão, estupra sua mulher e, quando é preso, diz: “tira a mão de mim que eu sou criança”.

O parlamentar também criticou a proposta de se impedir os pais de baterem nos filhos. “Dar palmada é pedagógico. Filho sem correção é vergonha do pai e decepção da mãe”, declarou, classificando a iniciativa como “um disparate”.



De acordo com Mão Santa, “laudo do TCU comprova malandragem do PT”

Mão Santa critica gastos da Petrobras com publicidade

Mão Santa (PMDB-PI) criticou os gastos com publicidade da Petrobras. Ele recordou que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma avaliação dos contratos de publicidade firmados pela estatal – avaliação na qual se apontou irregularidades envolvendo, entre outras, a agência de Duda Mendonça.

– O laudo de Guilherme Palmeira, ministro do TCU, comprova a malandragem do PT – afirmou o senador.

Divergências sobre caixa dois, mensalão e indiciamentos podem causar tumulto na reunião, prevê o presidente da CPI, Delcídio Amaral, que não descarta apresentação de texto paralelo

Relatório final da CPI dos Correios será lido hoje por Osmar Serraglio

Depois de 11 meses, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios chega a seus últimos momentos. Hoje, ao meio-dia, o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) lerá o relatório final de uma CPI que centralizou a atenção do país por quase um ano. A gráfica do Senado parou tudo para imprimir o documento e vem trabalhando desde o fim de semana. Revezaram-se no Setor de Impressão Digital (Seid), entre sábado e domingo, 12 funcionários, e outros 25 do Serviço Especial de Publicação Oficial (Seipof). A peça principal do relatório e os dez anexos devem somar mais de 6 mil páginas.

A maior crise política do governo Lula – da qual resultou a queda de importantes auxiliares do presidente da República, como os então ministros da Casa

Civil, José Dirceu, da Fazenda, Antonio Palocci, e da Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken – teve início em maio de 2005. A divulgação de um vídeo em que o então chefe do departamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, aparecia recebendo R\$ 3 mil em dinheiro, como suposta propina de empresários interessados em ganhar licitações da estatal, provocou a criação de CPIs no Congresso Nacional. Na gravação, Marinho se dizia representante do então deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, que comandaria um esquema de corrupção.

Apesar de o requerimento para a criação da CPI ter sido protocolado no dia 18 de maio, a comissão de inquérito somente foi

instalada um mês depois, após várias tentativas para impedir seu funcionamento. Em 15 de junho, passou a funcionar.

Mesmo assim, os opositores não ficaram satisfeitos e acusaram a CPI de “chapa-branca”, uma vez que todos os cargos importantes foram para o PT e o partido aliado PMDB: o senador Delcídio Amaral (PT-MS), com a presidência, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), com a vice-presidência – ainda no início dos trabalhos, ele foi substituído pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) –, e o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) ficou responsável pela relatoria.

Apesar das críticas, em pouco tempo esses parlamentares passaram a ser elogiados pela postura neutra que adotaram à frente da comissão de inquérito.

Heloísa: “Seremos implacáveis, como manda a lei”

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), integrante da CPI dos Correios, a leitura do relatório final da comissão deverá ser pautada por critérios técnicos e éticos.

– Não fazemos parte de nenhum acordão entre podridão do presente e podridão do passado. Assim, seremos implacáveis, como manda a lei e exige a sociedade – assegurou ela.

Heloísa Helena usou um ditado popular do sertão nordestino para expressar seu desejo de que a CPI apresente resultados práticos para a população.

– Quem for podre, que se quebre. Se é alguém vinculado ao governo passado, se é o atual presidente da República ou qualquer personalidade envolvida em crimes contra a administração pública, nós agiremos – garantiu.

A senadora afirmou não ter informação a respeito do que vem sendo chamado de “relatório paralelo”, documento que estaria sendo elaborado pelo governo para se contrapor à versão do relator Osmar Serraglio (PMDB-PR), caso essa não corresponda às expectativas do governo.



Presidente da comissão, Delcídio admite possibilidade de haver relatório paralelo

Delcídio prevê tumulto e admite possibilidade de relatório paralelo

O presidente da CPI Correios, senador Delcídio Amaral, afirmou que as “visões diferenciadas sobre os saques e a formação de caixa dois” e as posições divergentes sobre “o foco do mensalão e os indiciamentos” podem causar tumulto na reunião de hoje, quando deve ser lido o relatório final da comissão. Ele não descartou a possibilidade de um relatório paralelo elaborado por parlamentares da base governista.

– Pode acontecer sim, apesar de não ser regimental. Mas é fundamental aprovar um relatório conclusivo – enfatizou.

Primeiro com a leitura adiada por uma semana e agora por

mais um dia, o relatório final da CPI ainda não tem, portanto, consenso para ser aprovado. Delcídio disse que o atraso na apresentação do texto decorreu de pedido do relator, deputado Osmar Serraglio.

– Ele precisou de mais um dia para revisar pontos e trocar informações com a assessoria técnica – explicou.

O senador não quis se pronunciar sobre o teor do documento, ou se haverá citações ao presidente Lula e ao seu filho Fábio Luiz Lula da Silva.

– Estamos procurando chegar a um consenso, mas se não tiver esse consenso, vai a voto – confirmou.

Dirigentes dão mau exemplo para o país, diz Almeida Lima



Almeida Lima reclama resgate de valores éticos na política

Almeida Lima (PMDB-SE) leu em Plenário artigo de sua autoria intitulado “O Vento das Mudanças”, no qual ele diz que, “a partir do mau exemplo de políticos corruptos e do governo do PT, as crianças preferem vir a ser bandidos a doutores”.

– O que dizer de um presidente que afirma não ter conhecimento de atos de corrupção praticados debaixo de sua barba, de uma Câmara que não cassa deputados corrompidos, ou de magistrados que concedem *habeas corpus* a pessoas que praticaram crimes reconhecidos? Mais do que apatia e omissão, o que se presencia no Brasil é a permissividade e até mesmo a conivência daqueles que têm por dever coibir a bandalheira que se amplia no país.

Heloísa aponta parasitismo e corrupção na máquina estatal



Para Heloísa, saída de Palocci foi estratégia política de Lula

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que o presidente Lula é o principal responsável pela “corrupção e o parasitismo da máquina do Estado” no Brasil.

Estrategista brilhante, na opinião da ex-parlamentar do PT, Lula teria conseguido mais uma vez livrar-se de um assessor incômodo (o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci) de forma a não prejudicar a sua imagem.

Heloísa também classificou como “cinismo delinqüente” o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso ter dito que cumpriu seu dever ao informar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre movimentações do caseiro Francenildo Santos Costa.

Jefferson afirma que, se fosse juiz, condenaria Palocci



Palocci não cometeu erros, mas crimes, assegura Jefferson

Ex-corregedor da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) sustentou que o ex-ministro Antonio Palocci “cometeu crime, por ter mentido ao Congresso e à nação, e por se reunir com o grupo mafioso de ex-assessores de Ribeirão Preto, que fazia tráfico de influência”.

– Se eu fosse juiz, eu o condenaria à prisão. Palocci cometeu crime. Será que Lula também nada sabia? – questionou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que há necessidade de se conhecer todos os fatos para um julgamento, e que o ex-ministro Palocci “admitiu seus erros”.

– Não foi erro. É crime – rebateu Jefferson Péres.

Virgílio cobra explicações de Lula sobre quebra de sigilo do caseiro

Para o senador, é impossível acreditar que o presidente da República desconhecia atos do ex-ministro da Fazenda

“É impossível não cobrar explicações do presidente Lula sobre a quebra do sigilo do caseiro; é impossível fingir que de novo ele não sabe de nada; que ele teria a idade mental de uma criança de quatro anos; que estaria inimpunavelmente ao largo do alcance da lei brasileira”, afirmou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– De repente, o caseiro transforma-se no inimigo do Estado lulista e o governo quebra o sigilo dele. Se fosse algo mais grave chegariam a assassinato,

espancamento, composição de documento falso ao estilo Stálin? – questionou o senador.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Francenildo deu um tapa de moral em toda a burguesia brasileira, “inclusive em nós”. Jefferson Péres (PDT-AM) considerou emblemático o governo do operário Lula “ter usado a máquina do Estado para silenciar outro operário, o caseiro”. Já Almeida Lima (PMDB-SE) declarou que, se permitirem que as investigações se aprofundem,



Rosewell Pinheiro

Virgílio diz que o presidente da República não pode estar fora do alcance da lei

“crescerá o mau cheiro exalado pelo Palácio do Planalto”. Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que já existem motivos para pedir o *impeachment* do presidente Lula.

ACM: máquina pública é usada para proteger apaniguados

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) valeu-se do bordão utilizado pelo jornalista Boris Casoy – “É uma vergonha” – para expressar sua indignação contra o que chamou de atos de corrupção “que se sucedem no governo federal”.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, Boris Casoy faz, na avaliação do senador, “um diagnóstico fiel e cruel da realidade brasileira, afirmando que Lula superou em gravidade e quantidade todos os episódios de corrupção desde o Brasil Colônia”. Casoy acrescenta, destacou ACM, que não há mais condições de o Congresso

Nacional evitar o *impeachment* do presidente.

Antonio Carlos disse que não é favorável a um processo de *impeachment*, mesmo considerando improvável que isso venha a ocorrer, mas observou que, se o processo não for aberto, não será por falta de motivação jurídica. Ele rebateu o argumento de que o presidente não pode ser afastado do cargo por causa de sua biografia, argumentando que “o Lula metalúrgico já não existe”.

– Lula usa a máquina pública com fins eleitorais e a usa também para dar proteção a seus apaniguados – acusou.

Presidente não demite acusados, constata Pavan



Pavan diz que caseiro e Mattoso demitiram o ministro da Fazenda

Leonel Pavan (PSDB-SC) comentou a saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda, recordando pronunciamentos feitos na semana passada pelo líder do seu partido, Arthur Virgílio (AM), que pediu a demissão do ministro, e pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que disse caber ao presidente Lula demitir ministros.

– Quem demitiu [o ex-ministro] José Dirceu foi justamente [o ex-deputado] Roberto Jefferson. E agora quem demitiu Palocci foi o caseiro. Na melhor das hipóteses, quem demitiu foi o presidente da Caixa Econômica, o [Jorge] Mattoso. O Lula, que tem a prerrogativa de demitir quando ocorrem casos de corrupção, não tem feito – criticou Pavan.

José Jorge enumera baixas no “núcleo duro do governo”



José Jorge: violação de sigilo foi o ato mais grave do governo

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), disse que a quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo Costa foi um “crime contra um homem do povo”.

– Acredito que Palocci saiu do governo em virtude disso, o fato mais grave acontecido no governo Lula – afirmou.

O senador frisou que a demissão de Palocci configura mais uma baixa no “núcleo duro do governo”, e enumerou os nomes de José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Valdemar da Costa Neto e Duda Mendonça para ilustrar os amigos, parlamentares e funcionários de estatais do governo Lula que sofreram consequências por envolvimento “na prática de corrupção ou de crimes eleitorais”.

Agripino denuncia utilização criminosa do aparelho estatal



Agripino: para se preservar, Lula passa por cima de tudo e de todos

José Agripino (PFL-RN) declarou que a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa configura “uso criminoso do aparelho de Estado para beneficiar o governo”.

– Na ânsia de defender Palocci, cometeu-se um crime, uma afronta aos direitos individuais de um brasileiro comum. Quem nos assegura que esse tipo de prática termina com a queda do ministro, já que, para se autopreservar, Lula passa por cima de todo mundo? – indagou.

Os eventos relacionados à violação do sigilo de Francenildo, prosseguiu o senador, “destroçaram a imagem da Caixa Econômica Federal, uma instituição com tradição junto à população brasileira”.

Ideli elogia ação de Jorge Mattoso à frente da Caixa



Ideli ressalta atendimento à população de baixa renda

Após avaliar como “competente, firme e transparente” o depoimento da vice-presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Coppetti, à CPI dos Bingos, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou as realizações da instituição na gestão de Jorge Mattoso. Ele pediu exoneração na última segunda-feira, após confirmar, em

depoimento à Polícia Federal, participação na violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Ideli relacionou as políticas de inclusão bancária, capilaridade da rede de atendimento e ampliação do crédito, principalmente à população de baixa renda, como as marcas deixadas por Mattoso na Caixa.

Heráclito defende novo depoimento de ex-presidente



Segundo Heráclito, ex-presidente da Caixa mentiu aos senadores

O ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso poderá ser novamente convocado para depor na CPI dos Bingos, conforme defendeu ontem o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

– Mattoso mentiu para os senadores da CPI dos Bingos que compareceram à Caixa na semana passada, ao garantir que não sabia de nada sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa – argumentou.

Flávio Arns (PT-PR), um dos três senadores que compareceram à reunião, condenou o comportamento de Mattoso, mas destacou a “decisão correta” do presidente Lula, que prontamente demitiu o presidente da Caixa. Para Arns, o episódio é pontual e “não cabem generalizações”.

Mercadante exalta avanço da economia na gestão Palocci



Mercadante (foto) destaca o trabalho de Meirelles no BC

Em entrevista concedida antes da posse do novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), assinalou os resultados positivos da economia obtidos na gestão de Antonio Palocci. O senador afirmou que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ficará no cargo.

– Henrique Meirelles tem toda a confiança do presidente Lula – disse Mercadante, salientando que o chefe do governo sempre reafirmou a confiança no trabalho do presidente do BC. O resultado do trabalho dele está expresso na taxa de inflação, a terceira menor depois do pós-guerra, além de uma queda consistente e promissora da taxa de juros, enfatizou.

Acareação entre Okamoto e Venceslau ainda pode ser realizada

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), informou ontem que manterá encontro com o ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF), para esclarecer o que o senador classifica de equívoco na redação do requerimento aprovado pela CPI e, assim, garantir a realização da acareação entre o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau. Efraim acredita que, desfeita a dúvida, a acareação poderá ser feita na próxima terça-feira, às 11h.

No texto do requerimento (REQ 38/06) aprovado no último dia 15, segundo explicou o

senador, é utilizada a expressão “prestar depoimento” no lugar de “acareação”. A troca dos termos foi apontada como “desvio de finalidade e, por isso, afronta à legalidade” pelo ministro do STF em sua decisão. Eros Grau concedeu liminar em mandado de segurança impetrado por Okamoto, impedindo a acareação que estava prevista para ontem.

O senador José Agripino (PFL-RN) voltou a afirmar que a acareação entre Okamoto e Venceslau poderá abrir caminho para a abertura do sigilo bancário do presidente do Sebrae. A acareação na CPI foi requerida depois que Venceslau acusou Okamoto de prática de tráfico de influência em prefeituras petistas.



Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes ouve o depoimento de Clarice Coppetti

Vice-presidenta da Caixa nega atuação em quebra de sigilo

Clarice diz que Mattoso afirmou a diretores que violação não havia ocorrido dentro da instituição

Em depoimento prestado à CPI dos Bingos, a vice-presidenta de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Coppetti, disse ontem que não participou de “qualquer ato” referente à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Ela informou que o então presidente da instituição, Jorge Mattoso, ao retornar do depoimento na Polícia Federal na última segunda-feira, reunira todos os vice-presidentes das instituições para afirmar que “a quebra da conta bancária de Francenildo não ocorreu dentro da Caixa”.

– E a senhora acreditou nas

palavras de Mattoso? – indagou o senador José Jorge (PFL-PE), para quem o episódio deixa claro que Clarice Coppetti, em conjunto com outros diretores, participou de uma “operação abafa”, na tentativa de encobrir os responsáveis pela violação do sigilo do caseiro.

A vice-presidenta da Caixa negou e disse que a violação do sigilo de Francenildo “é um fato isolado” e que os supostos responsáveis estão prestando depoimento à Polícia Federal. Clarice afirmou ainda desconhecer qualquer tipo de interferência da empresa GTech na instituição.

Efraim estranha declarações do governador do Piauí

O senador Efraim Moraes (PFL-PI) questionou o fato de o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), ter telefonado para o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para prestar solidariedade e, em seguida, ter comunicado à imprensa local “que o ministro se queixou por um piauiense ter prejudicado tanto sua vida profissional quanto familiar”, referindo-se a Francenildo Santos Costa, que depôs na CPI dos Bingos.

Efraim defendeu Francenildo, afirmando que o caseiro em nenhum momento fez acusações relativas à vida pessoal de Palocci.

– Ele apenas falou a verdade, que é maior que a mentira – disse. O senador informou que a notícia sobre o telefonema do governador para Palocci foi divulgada ontem no portal de notícias piauiense *180graus.com*. No site é dito que o caseiro afirmou à CPI ter visto o ex-ministro da Fazenda em meio a orgias, e que tais declarações teriam atingido a família de Palocci.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que, ao referir-se ao piauiense que depôs um ministro de seu partido, “Wellington agiu como Pôncio Pilatos, que entregou Jesus a Herodes e lavou as mãos”. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) também manifestou surpresa com a atitude do governador.

Efraim informou ainda que o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pedirá o indiciamento do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso.

Simon diz que Serraglio está recebendo ameaças de morte

Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ao relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele pediu que Serraglio não deixe de pedir em seu relatório o indiciamento de membros do governo acusados de corrupção.

Simon disse que o relator está sendo coagido, por meio de ameaças à sua vida e de seus filhos, a não incluir os nomes de ex-dirigentes do PT e de ex-ministros do governo Lula.

– Que derrotem o parecer no Plenário. Que peçam votos e derrubem o relatório, mas que Serraglio não abra mão de sua consciência – disse.

Simon também criticou o Su-



Simon faz apelo para que Serraglio não esvazie relatório da CPI dos Correios

premo Tribunal Federal (STF) por haver impedido por duas vezes que Francenildo Santos Costa prestasse depoimento à CPI.

– Nunca vi, nem na época da ditadura, o STF interferir como interferiu na CPI dos Correios.

Francenildo disse que contou a Antero sobre a mansão, tendo depois revelado os fatos a jornalista de *O Estado de S. Paulo*. A entrevista motivou sua convocação pela CPI



Em depoimento à Corregedoria Parlamentar do Senado, Francenildo reafirma que decidiu por conta própria "revelar toda a verdade"

Caseiro afirma que decidiu falar após ter sido procurado pela PF

Em mais de três horas de depoimento na Corregedoria Parlamentar do Senado, o caseiro Francenildo Santos Costa enumerou ontem com detalhes o que o teria motivado a relatar episódios ocorridos na mansão em Brasília, chamada de "república de Ribeirão Preto". Francenildo começou informando ao corregedor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que a principal motivação "para falar a verdade" foi ter sido citado no depoimento do motorista Francisco Costa à CPI dos Bingos e, no dia seguinte, ter sido procurado pela Polícia Federal (PF). Francisco foi motorista de Vladimir Poletto, Rogério Buratti e Roberto Carlos Kurzweil, em Brasília, em 2003 e 2004.

Após ver seu nome nos jornais, relatou Francenildo, ele teria ficado preocupado com a situação. No dia seguinte ao depoimento do motorista, a PF foi até a mansão para procurar o caseiro, a pedido da CPI dos Bingos. De acordo com Francenildo, os policiais federais apenas anotaram seus

dados e saíram. Ele afirmou então que, após a visita da PF, procurou um amigo, que identificou apenas como Gustavo, para pedir ajuda.

– Gustavo me disse: "tu quer chutar o balde?", eu disse que queria falar a verdade e ele me disse que me levaria para um gabinete no Senado.

O caseiro afirmou que Gustavo o apresentou a um homem chamado Enéas, que o teria levado, pela primeira vez, ao Senado. Ele foi então apresentado a Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e, no gabinete do senador, o caseiro disse que relatou o que sabia sobre os acontecimentos na mansão.

Entrevista

Francenildo ressaltou que, no momento, sentiu que o senador Antero não estava acreditando em suas palavras, mas mesmo assim o apresentou a Rosa Costa, jornalista de *O Estado de S. Paulo*. O caseiro revelou então que acompanhou a jornalista até o jornal, onde lhe concedeu uma entrevista.

– Recebi Francenildo em meu gabinete, afirmei que não tinha

como apurar o que ele dizia e falei que o indicaria para uma jornalista. Francenildo merece uma comenda! – ressaltou Antero.

Depois dessa primeira visita ao Senado, o caseiro relatou que voltou à Casa apenas para o depoimento à CPI dos Bingos (interrompido por liminar do Supremo Tribunal Federal) e agora, pela terceira vez, na Corregedoria. Após prestar os esclarecimentos, Francenildo demonstrou vontade de não mais precisar retornar ao Congresso Nacional.

O caseiro informou ainda que não conhecia Antero antes do episódio. Ele também garantiu que Antero foi o único senador com o qual se encontrou ou falou por telefone antes do depoimento à CPI dos Bingos. Um dos dois advogados de Francenildo, Wlício Chaveiro Nascimento, resumiu as motivações do cliente.

– Ele não foi orientado. Teve seu nome citado na CPI, que pediu à Polícia Federal para encontrá-lo. Isso trouxe receio e medo para ele – afirmou o advogado.

à reunião da Corregedoria pelo próprio Suplicy e gerou intensos debates entre os parlamentares. Em entrevista aos jornalistas, ele admitiu que o senador em questão poderia ser da bancada do PT.

De acordo com Suplicy, o senador não identificado teria obtido a informação sobre a movimentação do caseiro a partir de uma outra pessoa, que seria conhecida de Francenildo. Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que é necessário averiguar se essa informação pode ter sido utiliza-

da pelo senador não identificado "para comunicar às autoridades que acabaram por violar o sigilo bancário de Francenildo".

Ao ser questionado sobre as declarações de Suplicy, o caseiro contou que sacou R\$ 15 mil de sua conta na Caixa com o objetivo de comprar um terreno. O intermediário da aquisição – que, segundo Francenildo, acabou não se realizando – seria um jardineiro. O caseiro foi questionado se essa pessoa trabalharia para algum senador, mas não quis responder.

Osmar Dias pede providências para socorrer produtores rurais

O senador Osmar Dias (PDT-PR) chamou a atenção do governo, ontem, para a necessidade de tomar medidas que diminuam as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais de todo o país. Dizendo que o campo está "em desespero", o parlamentar apoiou as reivindicações apresentadas por associações cooperativas agropecuárias do Paraná. Elas pedem, sobretudo, a renegociação das dívidas rurais.

Segundo Osmar Dias, os agricultores e pecuaristas, em razão das estiagens que atingiram várias regiões do país, não conseguem honrar suas dívidas. Ele ressaltou que a renegociação desses débitos é necessária para evitar mais perdas no setor, além de ser justa, dada a importância do agronegócio para a obtenção de superávit na balança comercial brasileira.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) criticou o governo por manter o real valoriza-



Osmar Dias apóia pedido de associações cooperativas por renegociação de dívidas

do frente ao dólar, argumentando que isso prejudica o agronegócio. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) acrescentou que os produtores rurais têm dificuldade também de pagar seus impostos, em decorrência da alta carga tributária.

Osmar Dias ainda manifestou apoio ao cooperativismo, considerando-o um importante instrumento para desenvolver o país. A afirmação foi endossada por Eduardo Suplicy (PT-SP).



Relatora na CAS, Lúcia Vânia afirma que projeto é "extremamente complexo"

Permanece polêmica em torno do projeto que define ato médico

O projeto de lei que define o ato médico (PLS 25/02) foi debatido ontem mais uma vez no Senado, com a presença de profissionais da área de saúde e da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto é polêmico, pois a definição do ato médico delimita quais atividades são exclusivas dos médicos – ou seja, a questão abrange interesses de diversas categorias profissionais, como as dos biomédicos e fisioterapeutas, entre outras, e envolve disputa de caráter corporativo.

Entre os pontos que mais causam discordância estão a definição de "diagnóstico" e de

"prescrição médica" e a de quem compete realizá-los.

Lúcia Vânia afirmou, após a reunião, que "o projeto é extremamente complexo e, por isso, vem sendo discutido há cerca de um ano". Ela ressaltou que, "visando elaborar um substitutivo, ouvimos tanto os médicos, que apóiam o projeto, como os outros profissionais de saúde, que são contra a proposta ou têm sérias restrições a ela".

A senadora frisou que não pretende levar a matéria à votação enquanto não houver consenso sobre os itens mais polêmicos, como os que tratam, justamente, das definições de diagnóstico e de prescrição médica.

Entidades querem aperfeiçoar Super-Receita

A criação da Super-Receita será benéfica ao Estado e à sociedade, afirmou ontem o presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, João Carlos Souto, durante debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto que unifica as Secretarias de Receita Previdenciária e da Receita Federal. Souto rebateu as críticas de que a matéria é inconstitucional, por tratar da unificação de dois órgãos autônomos e autárquicos.

A proposta (PLC 20/06) de fusão dos dois órgãos, de iniciativa do governo federal, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda votação dos senadores. Inicialmente, o Executivo havia editado uma medida provisória (MP 258/05) criando a Super-Receita, mas a proposição perdeu a validade por não ter sido votada no prazo.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf), Roberto Eduardo Giffoni, que também participou da audiência pública, o ideal seria a unificação das carreiras de procuradores da Receita Federal e da Previdência Social. Segundo ele, tal medida poderia favorecer o combate à sonegação, à fraude e à inadimplência.

– A situação da administração tributária em nosso país está caótica. Nós todos somos advogados públicos. É preciso adotar uma proposta de compartilhamento das nossas atribuições – recomendou Roberto Giffoni.

Sonegação

Já o representante da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e ex-deputado constituinte Paulo Ramos (PDT-RJ) sugeriu o aperfeiçoamento do sistema de fiscalização antes de qualquer

modificação na estrutura administrativa dos dois órgãos. Ramos também defendeu melhorias funcionais que assegurem condições efetivas de controle e fiscalização pela Receita Federal e Previdência Social.

– Não há, no Brasil, nenhum órgão encarregado de fiscalizar qualquer coisa que esteja devidamente aparelhado, com planos de cargos e salários para seus profissionais – disse.

De acordo com Paulo Ramos, o aperfeiçoamento das Secretarias da Receita Federal e da Previdência Social também passa pelo combate à sonegação.

– A Previdência não é deficitária. É preciso combater a sonegação e a fraude. O modelo adotado faz com que os grandes sonegadores tenham força política. Isso dificulta a cobrança, que não ocorre como o desejado.



Luiz Otávio (terceiro à esquerda) preside audiência pública da CAE sobre o projeto que unifica as Receitas Federal e da Previdência Social

Especialistas defendem proteção ao contribuinte e menos burocracia

O projeto de lei que prevê a unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária num único órgão – denominado Super-Receita – deve contemplar, além de sistemas que garantam a redução dos gastos públicos e a otimização dos trabalhos de fiscalização e arrecadação de impostos, medidas de proteção ao contribuinte. Esse foi o principal ponto defendido na terceira audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos em torno do projeto do Executivo.

A seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) sugere que a unificação deva garantir alguns benefícios aos contribuintes: horário mínimo para o atendimento, estabelecimento de prazo para que a Receita Federal decida ações, fortalecimento dos conselhos da categoria e dispensa de cópias

e autenticações desnecessárias. Segundo o representante da OAB-SP, Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, todas as medidas de proteção ao contribuinte são proteladas, causando medo e estresse nos cidadãos.

Essa é a mesma opinião do assessor jurídico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Orlando Spinetti, e do presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, Lucas Isoton. Para eles, a Super-Receita pode ser positiva, desde que haja compromisso com a redução dos gastos públicos e da burocracia e ainda com a regularização das empresas que atuam na informalidade.

Por sua vez, Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), defendeu um equilíbrio entre os poderes do Estado, do fisco e do contribuinte, em benefício deste último.

Empréstimos para gestão dos estados e agricultura familiar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à mensagem presidencial solicitando autorização para o governo contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 93 milhões. Os recursos se destinam à primeira fase do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnag).

Também foi acolhida pela CAE pedido para contratação de crédito no valor de US\$ 23,155 milhões, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). As verbas serão usadas no Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste. As duas mensagens vão agora ao Plenário do Senado.

Senador diz que Mantega assume pasta da Fazenda com o desafio de fazer o Brasil crescer num ritmo mais acelerado



Parcerias público-privadas não podem continuar apenas no papel, adverte Renan

Renan cobra medidas para a retomada do crescimento do país

Ao receber da Confederação Nacional da Indústria (CNI) a Agenda Legislativa para 2006, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que esse documento está intimamente ligado à agenda de crescimento do Brasil e lastimou que o país venha sendo, seguidas vezes, vítima de crise política. Ele pediu maturidade para a travessia da atual conjuntura.

– Como presidente do Congresso, devo admitir que este é um momento difícil para as instituições do país. Temos de demonstrar maturidade política para atravessarmos as tormentas da crise, sem abandonar os preceitos constitucionais e o respeito ao Estado de direito, à privacidade e aos contratos.

Ao lado de Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados, Renan recebeu o documento das mãos do presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, que pediu ao Legislativo a aprovação de projetos de interesse da indústria, como a Lei Geral das Pequenas e Micro Empresas, o Marco Regulatório do Gás, a Política de Defesa da Concorrência e a Lei do Saneamento Básico.

Renan, que prometeu ação do Congresso, começou seu discurso falando do ex-ministro Antonio Palocci. "Agora mesmo, um dos responsáveis pela manutenção da estabilidade econômica foi atingido pela crise. Não devemos nos esquecer de que Palocci deu uma contribuição decisiva, importante. Ele passava credi-

bilidade aos mercados interno e externo, num momento em que o Brasil precisava se firmar como porto seguro para os investidores estrangeiros".

Lembrou o senador que Palocci às vezes era alvo de críticas, principalmente em razão de sua política de câmbio e de juros. "Mas tudo deve ser visto como um esforço para a retomada do crescimento, meta que tem de continuar a ser perseguida agora com mais afinco".

Desafio

O presidente do Senado desejou sorte ao novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, que, em sua opinião, assume com o desafio de fazer o Brasil crescer num ritmo mais acelerado.

Renan assinalou que a mesma crise atinge a pauta de votações do Congresso Nacional, que ainda enfrenta as medidas provisórias editadas pelo governo.

– Para se ter uma idéia, mais da metade das sessões do Senado, em 2005, ficou sobrestada devido ao esgotamento de prazos na tramitação de medidas provisórias.

Falando num salão repleto de empresários, e dizendo-se preocupado com a retomada do crescimento, o senador recomendou que, no curto prazo, deveriam ser adotadas algumas ações governamentais de interesse do setor e do país, e que não dependem do Congresso. Como exemplo, ele mencionou as normas aprovadas para as parcerias público-privadas que, observou, não podem continuar apenas no papel.



Roosevelt Pinheiro

Aumento da renda média mensal dos beneficiários é comemorado por Sibá

Sibá: condição de vida melhorou com o Bolsa-Família

Ao comentar pesquisa divulgada na segunda-feira pelo Ministério do Desenvolvimento Social sobre os resultados do programa Bolsa-Família, o senador Sibá Machado (PT-AC) comemorou em Plenário, ontem, o aumento da renda média mensal e a melhoria do nível de vida dos beneficiários do programa.

O Bolsa-Família, que transferiu R\$ 543,8 milhões aos estados brasileiros em 2005, segundo informou o representante acreano, tem permitido que 61,7% dos adultos e 66% das crianças participantes façam três ou mais refeições diárias, além de elevar o ganho médio das famílias de R\$ 302 para R\$ 366.



Roosevelt Pinheiro

Município está diversificando seu perfil econômico com a soja, frisa João Alberto

João Alberto Souza comemora os 68 anos de Chapadinha

João Alberto Souza (PMDB-MA) homenageou a cidade de Chapadinha (MA) pela passagem de seu aniversário de 68 anos, a serem completados hoje. O senador elogiou o prefeito do município, Magno Nunes, “um homem público de visão empreendedora, dinâmico e sonhador”.

Com uma população de 56.800 habitantes, o município de Chapadinha, assinalou o parlamentar, está diversificando seu perfil econômico com a introdução da soja e a intensificação da produção de arroz. Segundo ele, a região sempre se sobressaiu pela produção de amêndoa de babaçu, cera de carnaúba e pecuária.

Produção será reduzida em 25% para enfrentar queda de consumo interno e das exportações, segundo a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango



Célio Azevedo

Papaléo Paes (C) preside audiência com representantes dos ministérios da Agricultura e da Saúde, da Anvisa e o presidente da Abef

Medo da gripe aviária provoca queda no consumo de frango

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef), Ricardo Gonçalves, afirmou que o setor terá que reduzir a produção em cerca de 25% para enfrentar a queda de consumo interno e das exportações de frango provocada pelas notícias sobre a gripe aviária. A notícia – segundo ele sem fundamento científico – de que a doença chegaria em setembro ao Brasil já provoca desemprego na indústria do frango.

As exportações brasileiras já caíram 20%. Cerca de 3 milhões de pessoas estão envolvidas na produção, no processamento e na comercialização de frango no Brasil. Ricardo Gonçalves divulgou essas informações ontem, em audiência pública conjunta

da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O presidente da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da CAS, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), sugeriu que o governo federal ponha em execução um programa de comunicação pública para informar com precisão a sociedade brasileira sobre o assunto. Combater as informações falsas sobre a gripe do frango é fundamental para proteger a economia brasileira, destacou o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Dessa forma, observou, evitar-se-á o pânico, caso venha a se detectar a presença do vírus no Brasil, o que não ocorreu até agora.

O Ministério da Saúde já comunicou que, além de não haver ainda nenhum caso de aves ou pessoa contaminada no país, o consumo do frango preparado no fogo não oferece risco de contaminação. Os representantes do Ministério da Saúde, Expedito Luna, e do Ministério da Agricultura, Jamil Gomes de Souza, falaram sobre as ações do governo para enfrentar a doença.

Paulo Ricardo dos Santos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), informou que, para impedir a entrada do vírus por alimentos que venham a ser transportados por passageiros em viagens internacionais, serão instalados, junto aos detectores de metais nos aeroportos, aparelhos detectores de material orgânico.

Papaléo Paes teme os efeitos de uma epidemia

Papaléo Paes (PSDB-AP) manifestou sua preocupação com os possíveis efeitos econômicos e sociais da eclosão de uma epidemia de gripe aviária, que poderiam afetar o Brasil mesmo se a doença não chegar ao país.

Ele exemplificou com a informação de que em fevereiro deste ano, em apenas um dia, 15 mil aves morreram no sudeste asiático em decorrência do vírus causador da doença. Além disso, avaliou, mesmo as medidas de contenção da enfermidade trazem prejuízos, já que incluem o sacrifício de aves, a imposição de quarentenas e embargos comerciais.

Comissão aprova 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis

O ano de 2008 poderá ser o Ano Nacional Machado de Assis, assinalando o centenário da morte do escritor brasileiro. Projeto com essa finalidade (PLS 187/05), de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.

Maciel lembrou que Machado de Assis foi um importante analista político – atividade, segundo o senador, ainda pouco conhecida. O escritor, contou o parlamentar, tinha o hábito de assistir às sessões do Senado e transformava suas observações em artigos de jornal, que estão

no livro *O Velho Senado*.

O senador lembrou ainda que Machado de Assis teve atuação fundamental na criação da Academia Brasileira de Letras.

Na mesma reunião, a CE aprovou parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) pela rejeição do PLC 37/05, de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que pretende obrigar a apresentação, nas pequenas e médias cidades, dos espetáculos de artes cênicas beneficiados com incentivos fiscais da Lei Rouanet. Para o relator, essa obrigatoriedade poderá contribuir para a falência de companhias teatrais.



Roosevelt Pinheiro

Estimativa é que o Fundeb beneficie 47 milhões de alunos, informa Paim

Paulo Paim pede aprovação do Fundeb e do Fundep

Paulo Paim (PT-RS) apelou ao Congresso pela aprovação do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), proposição do governo, e também do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), projeto de lei de sua autoria.

O Fundeb amplia a abrangência do financiamento para a educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos. A estimativa é que o fundo beneficie a 47 milhões de alunos. Já o Fundep tem entre seus objetivos, segundo Paim, a geração e manutenção de emprego e renda, e o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais.



Célio Azevedo

Juvêncio: prefeitos devem se empenhar na negociação com os empresários

Juvêncio defende concessão de passes para estudantes

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) manifestou apoio à luta dos estudantes de Santa Catarina, do Distrito Federal e de outros estados pela obtenção do passe escolar. Ele sugeriu que os prefeitos se empenhem na negociação com os empresários para que estes “dêem sua contribuição social” no atendimento aos estudantes.

O representante de Mato Grosso do Sul sugeriu a adoção de normas para a concessão do passe, como a definição da distância mínima de dois quilômetros entre a residência do estudante e a escola, frequência escolar atestada mensalmente e comprovação de renda.